ANNA ASCENÇÃO VERDADEIRO DE FIGUEIREDO

A PROTEÇÃO AUTORAL DA OBRA ARQUITETÔNICA

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Professora Titular Silmara Juny de Abreu Chinellato

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo-SP
2020

ANNA ASCENÇÃO VERDADEIRO DE FIGUEIREDO

A PROTEÇÃO AUTORAL DA OBRA ARQUITETÔNICA

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na Área de Concentração “Direito Civil”, sob orientação da Professora Titular Silmara Juny de Abreu Chinellato.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo-SP
2020

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Figueiredo, Anna Ascensão Verdadeiro de.

A proteção autoral na obra arquitetônica / Anna Ascensão Verdadeiro de Figueiredo; orientadora Professora Titular Dra. Silmara Juny de Abreu Chinellato - São Paulo, 2019. 158 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito - Direito Civil) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2020.

1. Direito de Autor. 2. Obra arquitetônica. 3. Violações de direito autoral do arquiteto. I. Chinellato, Silmara Juny de Abreu, orient. II. Título.

Nome: Anna Ascensão Verdadeiro de Figueiredo
Título: A Proteção Autoral da Obra Arquitetônica

Banca realizada em: ____/____/____

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito na subárea de Direito Civil, sob orientação da Professora Titular Dra. SILMARA JUNY DE ABREU CHINELLATO.

BANCA EXAMINADORA

Professora Titular SILMARA JUNY DE ABREU CHINELLATO (Orientadora)

Assinatura: _____

Professor: _____

Instituição: FDUSP

Assinatura: _____

Julgamento: _____

Professor: _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Julgamento: _____

Professor: _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Julgamento: _____

Ao André, por ser sempre tanto.

Agradecimentos

O programa de mestrado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo contempla três anos da vida do candidato, entre obtenção de créditos, pesquisa, redação da dissertação, bancas e atividades extracurriculares de apoio aos cursos da graduação.

Obviamente, uma dedicação tão grande de tempo e energia toma um grande espaço da vida do mestrando, marcando-o para sempre. Tive sorte, pois as minhas marcas são as melhores que eu poderia ter desejado.

Contando com o brilhante apoio da minha professora orientadora, Prof. Titular Silmara Juny de Abreu Chinellato, aprendi muito mais do que esperava sobre mim e pude dar espaço aos meus anseios acadêmicos.

Como todo grande mestre, Silmara Chinellato não me ensinou “só” Direito, me dando a chance de conhecer a mulher por trás da professora, que, ousar dizer, é ainda mais incrível. Com seu “rigor amoroso”, como ela mesma diz, a Prof. Silmara me guiou durante esses anos em todos os aspectos da minha vida e será para sempre um dos meus mais bonitos exemplos de grande mulher.

Se me aproximei dela ainda no quarto ano da graduação, quando da apresentação do meu projeto de “tese de láurea” - como gentilmente chamamos a monografia de conclusão de curso nas Arcadas -, o devo ao Prof. Bernardo Bissoto Queiroz de Moraes, que, ciente das minhas afinidades de pesquisa, recomendou-me à Professora. Foi ele também quem me deu a mais encorajadora saudação ao me ver retornar para a pós-graduação, lisonja que jamais esquecerei.

Além deles, agradeço a outros professores admiráveis que me acompanharam na pós-graduação, Antonio Carlos Morato, Marco Fábio Morsello, Otávio Luiz Rodrigues Júnior e Balmes Vega Garcia.

Ao amigo Prof. Morato e ao Prof. Balmes devo a leitura atenta deste trabalho, realizada por ocasião da minha banca de qualificação, que contribuiu sobremaneira para

a melhoria da minha pesquisa. Se este trabalho não foi redigido a contento, a culpa é totalmente minha.

Nas salas de aula, fiz também grandes amigos. Conheci o Atalá Correia, que está sempre pronto para me aconselhar e cuidar (e, por isso mesmo, será o celebrante do meu casamento); o Fernando Speck, o gentleman da nossa turma, dizendo o que eu preciso ouvir, motivo pelo qual o escolhi como padrinho (e sua querida esposa Viviane); o Cacaio Bentivegna, com seu riso certo sempre em volta de uma boa mesa; a Paula Menezes, sincera, divertida e acolhedora.

Teve o Márcio Vicari, a Roberta Rangel e a Patrícia Cândido, que, cada um a sua maneira, contribuíram para ampliar a visão que hoje eu tenho do mundo jurídico. Juntos, tivemos uma jornada mais bonita.

À Tauanna Gonçalves Vianna devo o aclaramento do “caminho das pedras” que eu deveria seguir ao longo de todo o mestrado. Obrigada por ter sido meu primeiro anjo e me amado desde o começo como sua caçulinha.

À Beatriz Kira eu agradeço o incentivo acadêmico de sempre, desde quando dividíamos os bancos da graduação e as festas da faculdade. Obrigada por todas as mensagens me lembrando que tudo iria dar certo. À Sofia Preto Villa Real, minha amiga quase francesa, agradeço as traduções de algumas passagens desse idioma e a disposição para organizar minha vida. À Stéphanie Samaha, meu muito obrigada por todos os arquivos e conselhos, pelos anos de trabalho lado a lado e crescimento emocional que tivemos juntas. É tão bom conquistar espaços com vocês na Academia, tão masculina.

Nesse período todo, tive o suporte dos meus pais, Francis e Maria Ascensão - a quem eu devo antes de mais nada, a vida -, e do meu irmão, o Baby, que eu tenho certeza que me acompanhará a vida inteira. Isso com certeza tem sua origem nas bases fundadas pelo meu avô Daniel e a minha avó Maria Antonia, meus grandes exemplos.

Foram o apoio e amor do André Dias Américo, que eu conheci enquanto mestranda e com quem vou me casar em alguns meses, que me levaram adiante. Não consigo agradecer o suficiente à vida por ter feito nossos caminhos se cruzarem. Obrigada

por me incentivar a conquistar meus sonhos e me tranquilizar enquanto cruzo os caminhos necessários para tanto.

Foi o suporte da Silvia e do Alexandre, da Guti, do Marcelo e da Deusemar, que me permitiu manter a direção durante os altos e, principalmente, durante os baixos.

À Sabrina e à Mia, devo o amor puro com que a natureza nos premia quando estamos dispostos a enxergar. É muito melhor criar com um gato no colo, o que provavelmente justifica o porquê de os grandes autores serem loucos por seus felinos. Elas com certeza deixaram a redação deste trabalho muito menos solitária.

Por fim, agradeço às Arcadas da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, onde cada temporada faz com que o estudante saia uma pessoa melhor.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo central o estudo do direito de autor da obra arquitetônica, aqui considerada em sua concepção jurídica, isto é, pela Lei n. 9.610/98. Partindo-se de um breve estudo sobre a arquitetura, sua evolução nos cenários internacional e brasileiro, bem como sua distinção com a engenharia, em paralelo com a evolução legislativa do direito de autor, são analisados os requisitos para o reconhecimento da autoria da obra arquitetônica e sob quais formas ela pode se exteriorizar. Com isso, passaremos as considerações sobre as formas de violação dos direitos morais e patrimoniais do arquiteto, com ênfase no direito de repúdio.

Palavras-chave: Direito Autoral. Obra Arquitetônica. Violações de direitos autorais.

ABSTRACT

This study is focuses on the analysis of the copyright protection of works of architecture and works related to architecture in Brazil, as considered in Law n. 9,610/98. The dissertation proceeds with general remarks on architecture and its internacional and national history, its distinction to engineering and the copyright protection in Brazil, by domestic and international rules. Aiming the full understanding of works of architecture and the works related to architecture, the copyright violations are analysed, focusing on the architecture right not to have its name associated to a modified work.

Palavras-chave: Copyright. Architectural Works. Copyright violation.

*“But finding you were able to make something up;
To create truly enough so that it made you happy to read it;
And to do this and every day you worked
Was something that gave a greater pleasure than any I had ever known.”*
(**Ernest Hemingway**, em sua Introdução à edição de 1948 de *A Farewell to Arms*)

*“Eu tinha 5, 7 anos, e ficava desenhando com o dedo no ar.
Minha mãe perguntava: - ‘Menino, o que você está fazendo?’ Estou desenhando.
Eu gosto de desenhar figuras. Eu faço uma escultura, eu desenho no ar.
Eu faço um desenho e construo ele no ar.”*
(**Oscar Niemeyer**)

Dissertação de Mestrado

A PROTEÇÃO AUTORAL DA OBRA ARQUITETÔNICA

Índice

Introdução	1
A. Delimitação do Tema	1
B. Justificativa do Tema	5
C. Considerações Metodológicas.....	9
D. Linha de Pesquisa	10
Capítulo I - Arquitetura	13
Seção 1. Breve História da Arquitetura	13
1.1. O cenário brasileiro	30
Seção 2. Tentativa de Definição da Arquitetura.....	42
2.1. A Beleza na Arquitetura	47
2.2. A Diferenciação com a Engenharia	50
Capítulo II - Fundamentos	57
Seção 1. Apontamentos iniciais	57
Seção 2. Evolução legislativa do direito de autor da obra arquitetônica.....	58
2.1. Convenções Internacionais	61
2.2. Diretrizes UNESCO/WIPO para a proteção das obras arquitetônicas.....	64
2.3. Legislação Brasileira	67
2.4. Disposições Infralegais	77
Capítulo III - Obra Arquitetônica	83
Seção 1. Originalidade	88
Seção 2. Materialização	92
2.1. Projetos	92
2.2. O problema do projeto de engenharia	97
2.3. Maquetes	100
2.4. Croquis	102
2.5. Edificação	103
Capítulo IV - Direitos Autorais do Arquiteto e Formas de Violação	105
Seção 1. Paternidade.....	105
Seção 2. Reprodução.....	107
2.2. A obra situada em logradouro público.....	111
Seção 3. Integridade e Direito de Repúdio	114
3.1. A exceção prevista no art. 621/CC	120
3.2. Contratações com a Administração Pública	123

Seção 4. Direito de Sequência	126
<i>Conclusão</i>	131
<i>Bibliografia</i>	133

Introdução

A. Delimitação do Tema

A dissertação exigida para a obtenção do título de mestre é, segundo EDUARDO DE OLIVEIRA LEITE, um “*estudo recapitulativo, analítico, interpretativo a respeito de um tema bem específico e delimitado*”, um trabalho que deverá ser pormenorizado no tratamento, mas não extenso no alcance.¹

No tocante ao tema da pesquisa científica, o professor é enfático: “*tema trabalhado com convicção e competência é gerador de novos conhecimentos e, conseqüentemente, provocador dos avanços científicos capazes de melhorar a condição humana*”.²

Para qualquer pesquisador, a escolha e delimitação do tema se mostra o desafio inicial.

Nesse ponto, tive a grande sorte de contar com a sugestão da minha orientadora, Prof. SILMARA JUNY DE ABREU CHINELLATO, Professora Titular do Departamento de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, que me honrou com o tema da Proteção Autoral da Obra Arquitetônica, riquíssimo e pouco trabalhado.

A fim de delimitar o tema escolhido, valem algumas observações iniciais.

Evita-se, neste trabalho, a expressão “direito da arquitetura”, comum em Portugal.³

Em primeiro lugar, como bem anota JOSÉ CALVO GONZÁLEZ⁴, o estabelecimento de qualquer núcleo urbano congrega elementos arquitetônicos e jurídicos, unindo Direito e

¹ LEITE, Eduardo de Oliveira. *Monografia jurídica*, 10ª ed., rev., atual. e ampl., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, p. 22.

² LEITE, Eduardo de Oliveira. *Monografia jurídica*, 10ª ed., rev., atual. e ampl., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, p. 45.

³ No país, a inserção da disciplina nos cursos de Arquitetura acabou por consolidar a expressão, em especial quando o enfoque são os estudantes das licenciaturas de arquitetura. Cf. CORDEIRO, António. *Arquitectura e Interesse Público*. Almedina: Coimbra, 2008, p. 19.

⁴ Professor Catedrático de Teoria e Filosofia do Direito na Universidade de Málaga, na Espanha.

Arquitetura. Assim, “direito da arquitetura” ou “direito arquitetônico” seriam simplesmente uma aglomeração de ambas estas matérias, que interagem.⁵

Além disso, não se trata, aqui, de ramo com autonomia científica (como o é o direito de autor⁶), mas de matéria que perpassa os vários ramos da disciplina jurídica, que se entrecruzam na definição de regras sobre o tema.

Com efeito, no campo do direito, a produção arquitetônica envolve questões de direito privado, referentes às partes contratantes, como também de direito público, já que o ato de construção, em última análise, observa normas que obedecem ao interesse público.

E, mesmo dentro dessa dicotomia, há ramificações. No direito privado, o tema abarca o direito civil (especialmente no que toca à empreitada) e os direitos intelectuais, mormente o direito de autor, ao qual daremos ênfase na presente pesquisa.

Já dentro do direito público, as normas de direito administrativo merecem grande destaque, em especial as normas técnicas de segurança e de preservação do patrimônio histórico-cultural - além, é claro, da disciplina do direito urbanístico e do direito ambiental.

No que diz respeito à arquitetura, também o campo é extenso, na medida em que não nos limitaremos às edificações construídas, abrindo também espaço para outros tipos de produção artística, anteriores à construção.

Com tudo isso, é óbvio que se faz necessário um recorte que permita uma pesquisa séria e completa.

Dessa forma, escolheu-se como objetivo do presente trabalho a análise da proteção autoral das obras arquitetônicas em sentido estrito, isto é, das “obras arquitetônicas” como assim consideradas pelo direito.

⁵ GONZÁLEZ, José Calvo. *Derecho y Arquitectura (apuntes em construcción)*. In FRANCA FILHO, Marcílio; LEITE, Geilson Salomão; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Antimanual de direito & arte*. São Paulo, Saraiva: 2016, pp. 59-79, pp. 60 e 72.

⁶ BITTAR, Carlos Alberto. *Autonomia científica do direito de autor*. In Revista da Faculdade de Direito, Universidade De São Paulo, v. 89, 1994, pp. 87-98.

Isto se deve ao fato de que a doutrina de direito de autor⁷ costuma relacionar a obra arquitetônica tão somente aos projetos e construções de edificações, o que, no caso brasileiro, pode ser considerada uma consequência da própria redação da Lei n. 9.610/98, em especial em seu art. 26.⁸

Os arquitetos, por sua vez, pautados em uma visão da arquitetura como “*a construção concebida com a intenção de ordenar plasticamente o espaço e os volumes decorrentes*”⁹, a ser exposta no Capítulo I deste trabalho, não restringem o tema aos edifícios.

Para os profissionais da área, a arquitetura engloba também peças de mobiliário privado e urbano, esculturas, vitrais, murais, projetos de ambientação de interiores, paisagismo, restaurações, todos eles destinados a ocupar e ordenar plasticamente espaços internos ou externos.¹⁰

Nessa toada, os arquitetos veem a matéria como toda relação entre a pessoa e o ambiente que a circunda.

Analisar todas estas obras de arquitetura, embora bastante apaixonante, seria ampliar o tema desta dissertação de maneira a tornar a pesquisa inviável, motivo pelo qual

⁷ Dos trabalhos de direito de autor tradicionalmente consultados no Brasil, os seguintes exemplos: ALGARDI, Zara; VALERIO, Ettore. *Il diritto d'autore*, Milão: Giuffrè Editore, 1943, pp. 42-46; ASCENSÃO, José de Oliveira. *Direito Autoral*, 2ª ed., ref. e ampl., Rio de Janeiro: Renovar, 1997, pp. 415-418; ASCENSÃO, José de Oliveira. *Direito de Autor e Direitos Conexos*, Coimbra: Coimbra Editora, 1992, p. 294-297, BITTAR, Carlos Alberto. *Direito de Autor*, 6ª ed., rev., atual. e ampl. por Eduardo C. B. Bittar, Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 104, CHAVES, Antônio. *Direito do Autor*, vol. I – Princípios Fundamentais. Rio de Janeiro: Forense, 1987, pp. 247 e ss. Também outros autores que se debruçaram mais especificamente sobre o tema que aqui se pretende desenvolver: MORAES, Walter. *Questões de direito de autor*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1977; PONTES NETO, Hildebrando. *O direito autoral e o arquiteto*. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, vol. 77, 1982, pp. 165-176; RANGEL, Luciana Freire. O direito de autor na obra de arquitetura. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 1998. 117 pp.; SILVEIRA, Newton. *O direito autoral no projeto de arquitetura perante a doutrina e a jurisprudência*. Revista de Direito Empresarial, São Paulo, vol. 2, 2014;

⁸ “Art. 26. O autor poderá repudiar a autoria de projeto arquitetônico alterado sem o seu consentimento durante a execução ou após a conclusão da construção”.

⁹ A definição citada foi apresentada por LUCIO COSTA, pioneiro da arquitetura e responsável pelo Plano Piloto de Brasília. COSTA, Lucio. *Arquitetura*, 7ª ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 2014, p. 21. O pequeno livro foi escrito para integrar uma coleção sobre cultura, distribuída nas escolas secundárias do país pelo Ministério da Educação, nunca comercializada. Mais de 20 anos depois, foi novamente editado por iniciativa da Associação Casa de Lucio Costa, nos anos 2000.

¹⁰ Para uma melhor compreensão dos trabalhos desenvolvidos pelos profissionais da arquitetura, sugerimos a seguinte obra: FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ARQUITETOS E URBANISTAS: SENRA, Kelson Vieira; HOELZ, Eneida (coord.). *Arquiteto faz projeto. E também faz...*, Editora FNA: Rio de Janeiro, 1997.

optamos por restringi-la tão somente às obras arquitetônicas em sentido estrito, isto é, assim como juridicamente consideradas.¹¹

Além disso, não há dúvidas de que o trabalho de arquitetura pode ser tutelado não só pelo direito de autor, como também por outros instrumentos de propriedade intelectual, mais especificamente, industrial, como as patentes de invenção, modelos de utilidade e industrial. De novo, tendo em vista o objetivo deste trabalho e o recorte autoralista da análise, a tutela via propriedade industrial não faz parte do nosso objeto, motivo pelo qual não a exploraremos.¹²

Essa explicação inicial tem por objetivo não prejudicar o entendimento do leitor acerca das ideias defendidas neste trabalho, independentemente da sua área de formação ou interesse, sem que se assuma que as conclusões aqui obtidas podem ser estendidas a todas as obras de arquitetura, como assim consideradas pelos arquitetos.

Dito isso, podemos passar ao nosso plano de trabalho.

Como não poderia deixar de ser, começaremos a pesquisa com uma breve exposição acerca da história da arquitetura, para que se compreendam seu rico significado e as maneiras pelas quais ela se exterioriza na contemporaneidade. Com isso, será possível encontrar um conceito de arquitetura e analisar se a beleza é um critério adequado para a sua construção, bem como analisar a sua interface com a engenharia (Capítulo I).

Em seguida, abordaremos a evolução legislativa da matéria de direito de autor nos cenários internacional e nacional, que comporão a base teórica do presente trabalho, remontando, ainda, às fontes romanas de tutela do patrimônio arquitetônico (Capítulo II).

¹¹ Esta foi, inclusive, uma importante sugestão da banca de qualificação realizada em 2018, da qual participaram a Prof. SILMARA JUNY DE ABREU CHINELLATO, o Prof. ANTONIO CARLOS MORATO e o Prof. BALMES VEGA GARCIA.

¹² Conforme lembrado por ELIANE ABRÃO, esses direitos podem ser, inclusive, cumulativos, desde que se enquadrem em ambas as hipóteses de proteção (e independente da sua confecção por pessoas distintas). Cf. ABRÃO, Eliane Y. *Direitos de Autor e Direitos Conexos*. São Paulo: Migalhas, 2014, p. 282. No mesmo sentido, LIPSZYC, Delia. *Obras de arte aplicadas a la indústria. Diseños industriales y derecho de autor*. In NETTO, José. *Direito autoral atual*, Rio de Janeiro: Elsevier, 2015, pp. 321-332; CASELLI; Piola E. *Trattato del diritto di autore e del contratto di edizione*. Torino: Unione TIP. -Editrice Torinese, 1927, pp. 109-110. NEWTON SILVEIRA, por exemplo, comenta que “a grande quantidade de pedidos de patentes de casas moduladas ou pré-fabricadas existente atualmente não deixa qualquer dúvida de que tais criações possam consistir em invenções e modelos industriais. A possibilidade de multiplicação desses produtos industriais colocou a Lei de Propriedade Industrial ao alcance do arquiteto”. Cf. SILVEIRA, Newton. *Direito de autor no design*, 2ª ed., Saraiva: 2012, pp. 115-116.

Dessa forma, será possível estudar cada uma das formas de expressão das obras arquitetônicas em sentido estrito (Capítulo III), para finalmente abordar-se a maneira como os direitos de autor do arquiteto podem ser violados, bem como qual a reparação cabível a estas violações (Capítulo IV).

Por fim, é evidente que outras obras além daquelas aqui expostas poderão ser consideradas obras arquitetônicas em sentido estrito, em especial com a dinamização da tecnologia nesse campo. Apesar disso, as conclusões obtidas nesta dissertação têm o objetivo de servir para todos os trabalhos desse tipo, aqui mencionados expressamente ou não.

Feita a apresentação do tema e do plano de trabalho, mas ainda na fase introdutória, há que se justificar a pertinência da pesquisa realizada.

É o que se passa a expor.

B. Justificativa do Tema

Os livros de metodologia, normalmente, esclarecem que um tema é relevante “na medida em que ele é capaz de trazer conhecimentos novos a uma indagação antiga, ainda não esgotada ou examinada de forma não satisfatória”.¹³

Nessa toada, é digna de nota a justificativa apresentada pela sempre brilhante Zara Algardi em seu livro “La tutela dell’opera dell’ingegno e il plagio”¹⁴. Segundo ela, uma publicação jurídica sobre direito de autor é sempre importante e atual, porque sempre se está criando – e, portanto, sempre existindo problemas envolvendo direitos patrimoniais ou morais dos autores.¹⁵

Notadamente, o avanço tecnológico vivenciado pela humanidade faz com que obras que, tradicionalmente estavam fixadas em seus locais de origem – como é o caso das

¹³ LEITE, Eduardo de Oliveira. *Monografia jurídica*, 10ª ed., rev., atual. e ampl., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, p. 62.

¹⁴ ALGARDI, Zara. *La tutela dell’opera dell’ingegno e il plagio*. Pádua: CEDAM – Casa Editrice Dott. Antonio Milani, 1978.

¹⁵ ALGARDI, Zara. *La tutela dell’opera dell’ingegno e il plagio*. Pádua: CEDAM – Casa Editrice Dott. Antonio Milani, 1978, introdução.

obras de arquitetura, principalmente edifícios – passem a circular de maneira irrestrita, em especial através da reprodução fotográfica.

No específico caso brasileiro, o problema sofre ainda da falta de sistematização da proteção autoral da obra arquitetônica em nosso ordenamento jurídico, o que dificulta a compreensão por parte dos juristas e arquitetos sobre qual seria a sua extensão.

Nesse sentido, é elucidativa a matéria “Plágio ou Tendência”, publicada pela Revista IstoÉ¹⁶. Segundo o texto, os próprios arquitetos e urbanistas não conhecem a proteção autoral de que gozam seus trabalhos e consideram que as cópias seriam uma característica da própria indústria em que estão inseridos.

Frente a tal constatação, e tendo em vista a dimensão do setor arquitetônico no Brasil, acredita-se que há um enorme campo autoral a ser explorado pela pesquisa jurídica.

Muito embora não haja estudos precisos sobre qual seria o tamanho do setor de arquitetura no país (o que muito se deve ao próprio dinamismo das suas criações)¹⁷, algumas pesquisas nos permitem traçar alguns dos seus contornos.

Segundo o último Perfil do Setor de Arquitetura e Engenharia Consultiva divulgado pelo SINAENCO – Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva em 2017, havia no Brasil, em 2015, um total de 61.506 (sessenta e um mil quinhentos e seis) empresas ativas no segmento de arquitetura e engenharia.¹⁸

Conforme dados do mesmo relatório, em 31 de dezembro de 2015, havia 340.699 (trezentos e quarenta mil seiscentos e noventa e nove) profissionais ocupados no setor.¹⁹

¹⁶ Matéria disponível em: http://istoe.com.br/8020_PLAGIO+OU+TENDENCIA+/. Acesso em 29.mai.2018.

¹⁷ Como visto na introdução do presente trabalho, as obras arquitetônicas não se limitam à construção e reforma, abrangendo também outros tipos de criação, como mobiliário, vitrais, painéis e esculturas, o que, evidentemente, dificulta a obtenção de dados precisos quanto à extensão do setor.

¹⁸ SINDICATO DA ARQUITETURA E DA ENGENHARIA (SIINAENCO). *Perfil do setor de Arquitetura e Engenharia Consultiva*, São Paulo, 2017, p. 4. Disponível em <http://sinaenco.com.br/wp-content/uploads/2018/01/Perfil-AEC-2017.pdf>. Acesso em 13.nov.2019. Como esclarecido no próprio relatório, a base para a formação deste perfil são as estatísticas oficiais fornecidas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), por meio da pesquisa anual de serviços (PAS) e do Cadastro Nacional de Empresas (CEMPRE).

¹⁹ SINDICATO DA ARQUITETURA E DA ENGENHARIA (SIINAENCO). *Perfil do setor de Arquitetura e Engenharia Consultiva*, São Paulo, 2017, p. 5. Disponível em <http://sinaenco.com.br/wp-content/uploads/2018/01/Perfil-AEC-2017.pdf>. Acesso em 13.nov.2019.

Há que se observar, contudo, que a referida pesquisa aglutina as empresas de arquitetura e engenharia, congregando as atividades de projeto de arquitetura, de urbanização e supervisão das obras projetadas, de produtos de engenharia, gerenciamento de implantação de empreendimentos e serviços de apoio a essas atividades.

Isso significa que, especificamente no que toca à arquitetura, o “Censo dos Arquitetos e Urbanistas”, divulgado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU/BR em 2015, pode ser mais esclarecedor.

Segundo a pesquisa, o Brasil possuía em 31 de dezembro de 2012 quase 100.000 (cem mil) arquitetos e urbanistas exercendo a profissão, mais da metade deles localizados na região Sudeste.²⁰

Assim, muito embora não seja possível dimensionar exatamente o tamanho do setor arquitetônico brasileiro com os dados disponíveis atualmente, não há dúvidas de sua grande produção e importância.

Ainda, segundo dados da pesquisa do CAU/BR, a principal atividade exercida pelos arquitetos entrevistados²¹ é a de concepção de projetos, que representa mais de um terço do total das atividades realizadas pelos profissionais nos últimos dois anos (cerca de 34%).²²

Para se ter uma ideia da sua expressividade, vale notar os índices da segunda e terceira posições mais frequentes: 15,88% dos entrevistados trabalham na execução de projetos, enquanto outros 14,92% atuam na arquitetura de interiores.²³

²⁰ CONSELHO DOS ARQUITETOS E URBANISTAS DO BRASIL (CAU-BR). *Censo dos Arquitetos e Urbanistas do Brasil*, Brasília, 2015, p. 4. Disponível em https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Censo_CAUBR_06_2015_WEB.pdf. Acesso em 13.nov.2019.

²¹ A pesquisa foi realizada com apoio dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo estaduais, abrangendo mais de 83 mil respostas de arquitetos situados em todo o país. CONSELHO DOS ARQUITETOS E URBANISTAS DO BRASIL (CAU-BR). *Censo dos Arquitetos e Urbanistas do Brasil*, Brasília, 2015, p. 3. Disponível em https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Censo_CAUBR_06_2015_WEB.pdf. Acesso em 13.nov.2019.

²² CONSELHO DOS ARQUITETOS E URBANISTAS DO BRASIL (CAU-BR). *Censo dos Arquitetos e Urbanistas do Brasil*, Brasília, 2015, p. 9. Disponível em https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Censo_CAUBR_06_2015_WEB.pdf. Acesso em 13.nov.2019.

²³ CONSELHO DOS ARQUITETOS E URBANISTAS DO BRASIL (CAU-BR). *Censo dos Arquitetos e Urbanistas do Brasil*, Brasília, 2015, p. 9. Disponível em https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Censo_CAUBR_06_2015_WEB.pdf. Acesso em 13.nov.2019.

Há que se concluir, portanto, que além de bastante expressivo em número de profissionais, as atividades mais exercidas por eles são, ainda, justamente aquelas que podem ser tuteladas pelo direito autoral brasileiro, relacionadas à criação.

Apesar disso, a pesquisa de direito de autor e arquitetura está defasada no campo acadêmico.

O último e ótimo trabalho sobre o tema defendido nesta Faculdade de Direito, de autoria de Luciana Freire Rangel, data do início de 1998, tendo sido elaborado sob a vigência da antiga lei de direitos autorais.²⁴

Naturalmente, a pesquisa bravamente empreendida pela autora revela as preocupações daquela época, quando os estudiosos de direito de autor precisavam, antes de mais nada, firmar as bases da matéria sob as quais estavam se fundando - o que, infelizmente, relegou o estudo da obra arquitetônica a apenas um dos capítulos da bela dissertação de Luciana.

De tudo quanto exposto, podemos determinar que as justificativas da escolha do tema são: (i) a sua imensa relevância para o setor em questão; (ii) a sua atualidade (ou sempre atualidade, como diria Zara Algardi); e (iii) a ausência de material de referência recente sobre a questão.

A pesquisa aqui empreendida é, portanto, necessária e urgente.

Nosso trabalho pretende lançar luz sobre a matéria, de forma a enriquecer o debate sobre tema tão importante. Esperamos que seja essa a percepção do leitor ao final desta pesquisa.

²⁴ RANGEL, Luciana Freire. *O direito de autor na obra de arquitetura*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 1998, 117 pp. A autora foi orientada pelo Prof. RUI GERALDO CAMARGO VIANA.

C. Considerações Metodológicas

A fim de se atingirem os objetivos do trabalho e, com base no plano de pesquisa apresentado no item anterior, cabem algumas considerações sobre a metodologia aqui utilizada.

Nas palavras de RAFAEL MAFEI RABELO DE QUEIROZ, “*uma vez definido o que quero saber, é preciso refletir, então, como seria possível sabê-lo*”.²⁵

Por sugestão da banca de qualificação²⁶, neste trabalho nos pautamos na obra “*Monografia Jurídica*”, do Prof. EDUARDO DE OLIVEIRA LEITE.²⁷ A organização do índice em capítulos, seções e subseções é, talvez, o indicativo de mais fácil percepção desta escolha.

É claro que, tratando-se de criação do espírito, inserimos alguns traços de nossa personalidade. É por isso que as notas de rodapé trazem sempre a citação integral dos textos utilizados. Malgrado alguns possam considerar esse emprego um exagero, consideramos que esta é a forma mais prática de se localizar uma referência, em especial porque vários dos autores citados têm mais de uma obra consultada.

Do ponto de vista metodológico, porém, o esclarecimento mais importante é que, neste trabalho, foi primordialmente utilizado o método analítico, através da análise dos problemas decompostos no maior número de partes para mais facilmente resolvê-los – daí a escolha do plano de trabalho acima apresentado.

Nesse sentido, o enfoque é essencialmente dogmático, ou seja, tentamos reconstruir sistematicamente um dado material jurídico, qual seja, a proteção autoral das obras de arquitetura pelo ordenamento jurídico brasileiro.

Contudo, sabendo que as fontes do direito são várias e convictos de que um trabalho jurídico jamais poderia furtar-se a uma abordagem abrangente de todas elas, esta pesquisa valer-se-á, ainda, da dimensão empírica (verificação de jurisprudência) e normativa da

²⁵ QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. *Monografia jurídica: passo a passo*. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2015, p. 49.

²⁶ A banca de qualificação foi realizada em 2018, tendo participado a Prof. SILMARA JUNY DE ABREU CHINELLATO, o Prof. ANTONIO CARLOS MORATO e o Prof. BALMES VEGA GARCIA.

²⁷ LEITE, Eduardo de Oliveira. *Monografia jurídica*, 10ª ed., rev., atual. e ampl., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

matéria, que culminarão, como é de rigor, na indicação de respostas aos problemas aqui enfrentados.²⁸

Com isso, no capítulo final, reservado à conclusão do trabalho, afastar-nos-emos levemente da metodologia indicada por LEITE²⁹ ao deixar de lado a isenção que, segundo o autor, deveria acompanhar as dissertações de mestrado, para apresentar as respostas que julgamos mais adequadas ao presente trabalho.

É necessário, como sempre diz a minha orientadora, “*agarrar o touro pelos chifres*”.

Feitas as considerações metodológicas, cabe esclarecer em que medida a pesquisa aqui empreendida se coaduna com as linhas de pesquisa do Departamento de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

D. Linha de Pesquisa

A linha de pesquisa é o “*plano acadêmico e científico, mais abstrato, geral e longo, que se organiza sobre um objeto de estudo bem descrito, com metas de produção claras e, preferencialmente, com prazo definido*”, conforme definido no art. 1º, parágrafo 2º, da Deliberação FD n. 49/2003.³⁰

O objeto do trabalho aqui empreendido está inserido dentro da linha de pesquisa do Departamento de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo denominado “Direitos intelectuais na sociedade da comunicação”, cuja última atualização se deu em março de 2019.³¹

Com efeito, o presente trabalho objetiva analisar a proteção autoral conferida pelo ordenamento jurídico brasileiro às obras arquitetônicas, contando, para tanto, com análise

²⁸ Sobre isso, a introdução da tese de titularidade defendida por VIRGÍLIO AFONSO DA SILVA nesta Faculdade de Direito é excelente. Pode-se consultar a obra dela resultante, em especial as páginas 30-38. SILVA, Virgílio Afonso da. *Direitos Fundamentais: conteúdo essencial, restrições e eficácia*, 2ª ed., 2ª tir., São Paulo: Malheiros, 2011.

²⁹ LEITE, Eduardo de Oliveira. *Monografia jurídica*, 10ª ed., rev., atual. e ampl., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, p. 24.

³⁰ Disponível em http://www.direito.usp.br/pos/pos_stricto_deliberacao_43_2003_01.php. Acesso em 13.nov.2019.

³¹ Disponível em http://www.direito.usp.br/pos/arquivos/2019/Linhas_Pesquisa_DCV_Docente.pdf. Acesso em 13.nov.2019.

das formas de violação de direitos promovidas na atualidade em razão dos avanços tecnológicos, que conferiram uma capacidade de circulação que a obra arquitetônica, por sua natureza, até então não conhecia (como, por exemplo, através da reprodução fotográfica e da ampla possibilidade de cópia de trabalhos localizados nas diversas partes do globo).

Conclusão

De tudo quanto exposto neste trabalho, temos algumas conclusões que merecem ser retomadas neste capítulo final.

Arquitetura consiste em atividade de concepção ampla, que, no campo do direito, envolve questões de direito privado, referentes às partes contratantes, como também de direito público, já que o ato de construção, em última análise, observa normas que obedecem ao interesse público.

Nesse sentido, a proteção da autoria da obra arquitetônica perpassa por limitações de ambas essas matérias, especialmente no que toca à empreitada e ao interesse público, consubstanciando nas normas técnicas de segurança, de direito urbanístico, de direito ambiental e de proteção do patrimônio histórico-cultural.

Assim, para que se pudesse proceder à análise das “obras arquitetônicas em sentido estrito”, isto é, como assim consideradas pelo direito de autor, analisamos, em primeiro lugar, a própria evolução da arquitetura.

Concluímos que, além das obras cuja proteção se dá via obra arquitetônica, são muitas outras as produzidas pelos arquitetos.

Nesse sentido, a proteção autoral como obra arquitetônica depende da ocorrência de uma efetiva criação, com (certa) originalidade e materializada, seja ela sob a forma de projeto, maquete, croqui ou mesmo edificação.

Vimos também que o fato de a arquitetura consistir em atividade técnica não significa que ela o é menos atividade artística, e, por isso, passível de proteção autoral. Deparamo-nos, então, com as dificuldades representadas pelo projeto de engenharia, a que a legislação brasileira concede proteção autoral, malgrado tratar-se, essa sim, de atividade eminentemente técnica, reflexo claro da separação tardia entre essas profissões em nosso país.

Sobre esse tema, embora não se exclua que um engenheiro pode, em casos muito específicos, produzir conteúdo autoral, incluí-mo-lo na proteção da obra arquitetônica – que não é somente aquela produzida por arquitetos. Aos engenheiros, no geral, sugerimos

a proteção através dos meios de propriedade industrial, em especial as patentes e modelos industriais.

Essas conclusões só foram possíveis após o estudo minucioso da evolução legislativa internacional e nacional sobre a matéria.

E, finalmente, no capítulo anterior, pudemos finalmente analisar como os direitos autorais do arquiteto costumam ser violados, concluindo, como não poderia deixar de ser, que a efetiva proteção autoral só é atingida quando fortalecidos os direitos morais do autor - no caso do arquiteto, o direito de paternidade, reprodução exclusiva e, principalmente, de integridade da obra criada.

Nesse sentido, a dificuldade maior revelou-se nos casos em que existem dois direitos coexistentes, em especial o direito moral do arquiteto à integridade da obra e o direito de propriedade do seu adquirente.

Longe de inserirmos mais uma limitação ao direito de propriedade, e cientes das transformações pelas quais os programas de necessidade de cada obra passa ao longo do tempo, concluímos que é lícita a alteração de uma obra quando previamente cientificado o arquiteto autor dessa intenção. Somente nesse caso o proprietário exime-se de indenizar o arquiteto em caso de demanda judicial.

Aliás, nos casos de demanda judicial, foi especialmente importante a verificação dos patamares de indenização sugeridos pelas normas do CAU/BR, cuja observância, apesar de não obrigatória, é especialmente recomendada pelos julgadores.

É o que tínhamos a expor.

Bibliografia

ABRÃO, Eliane Y. Direitos de Autor e Direitos Conexos. São Paulo: Migalhas, 2014

ALGARDI, Zara; VALERIO, Ettore. *Il diritto d'autore*, Milão: Giuffrè Editore, 1943

_____. *La tutela dell'opera dell'ingegno e il plagio*. Pádua: CEDAM – Casa Editrice Dott. Antonio Milani, 1978

ALMEIDA, José Carlos Ribeiro de. *A criação em arquitetura* (palestra proferida no dia 24/20/89). In GALLO, Haroldo (org). *Direito autoral em arquitetura: anais do Seminário Nacional realizado em 24 e 25/10/89 e legislação específica*. São Paulo: IAB, CREA-SP, 1991, pp. 27- 34

ANGIOLILLO, Francesca. *Miragem no cerrado*. Folha de S. Paulo, São Paulo, 25.nov.2018. Ilustrada, pp. C1, C4 e C5

_____. *Exposição recupera história de prédio demolido de Paulo Mendes da Rocha*. Folha de S. Paulo, São Paulo, 27.out.2018. Ilustrada, p. C4

ARGAN, Giulio Carlo. *Arte moderna* (tradução de Denise Bottman e Federico Carotti), 2ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1992

_____. *História da arte como história da cidade*, 2ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 1995

ASCENSÃO, José de Oliveira. *Direito Autoral*, 2ª ed., ref. e ampl., Rio de Janeiro: Renovar, 1997

_____. *Direito de Autor e Direitos Conexos*, Coimbra: Coimbra Editora, 1992

AULETE, Caldas. *Novíssimo Aulete Dicionário Contemporâneo da língua portuguesa*, Rio de Janeiro: Lexikon, 2011

BARBOSA, Denis Borges. *A Inconstitucionalidade da Nova Lei dos Arquitetos*. Revista da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual, Rio de Janeiro, v. 127, 2013, pp. 3-34

BENEVOLO, Leonardo. *A cidade e o arquiteto: método e história na arquitetura* (tradução Attílio Cancian), São Paulo: Perspectiva, 2014

BITTAR, Carlos Alberto. *Direito de Autor*, 6ª ed., rev., atual. e ampl. por Eduardo C. B. Bittar, Rio de Janeiro: Forense, 2015

_____. *Autonomia científica do direito de autor*. In Revista da Faculdade de Direito, Universidade De São Paulo, v. 89, 1994, pp. 87-98

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. *Melhores crônicas*. São Paulo: Global, 2004

BRUAND, Yves. *Arquitetura contemporânea no Brasil* (tradução Ana M. Goldberger), São Paulo: Perspectiva, 2018

_____. *Lucio Costa: o homem e a obra*. In NOBRE, Ana Luiza; Kamita, João Masao; LEONÍDIO, Otavio; CONDURU, Roberto. (orgs.) *Um modo de ser moderno: Lucio Costa e a crítica contemporânea*, São Paulo: Cosac Naify, 2004, pp.13-31

BRUNET, Cesar Martinell. *Conversas com Gaudí* (tradução Alberto Marsicano), São Paulo: Perspectiva, 2007

CABRAL, Plínio. *A nova lei de direitos autorais (comentários)*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1998

CARSALADE, Flávio de Lemos. *A pedra e o tempo: arquitetura como patrimônio cultural*, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014

CASELLI; Piola E. *Trattato del diritto di autore e del contratto di edizione*. Torino: Unione TIP. - Editrice Torinese, 1927

CASTILHO, José Roberto Fernandes. *O arquiteto e a lei – elementos de direito da arquitetura*. São Paulo: Pillares, 2012

CHAVES, Antônio. *Direito do Autor, vol. I – Princípios Fundamentais*. Rio de Janeiro: Forense, 1987

_____. *Direito Autoral – Plágio de Projeto Arquitetônico – Responsabilidade Civil – Indenização*. In *Revista Jurídica Mineira*, ano V, vol. 48, abril, 1988, pp. 51-55.

_____. *Planteamiento. Su realidad actual*. In *MINISTÉRIO DE CULTURA DE MADRID. I Congresso Iberoamericano de Propriedade Intelectual*, tomo I, Madri: Valero y González, 1991, pp. 241-247.

CHIARELLI, Silvia Raquel. *Telésforo Cristófani: arquiteturas do patrimônio moderno paulista*. In *Revista Restauro*, n. 2, 2017. Disponível em <http://web.revistarestauro.com.br/telesforo-cristofani-arquiteturas-do-patrimonio-moderno-paulista/>. Acesso em 9.jan.2020.

CHINELLATO, Silmara Juny de Abreu. *Direito de Autor e Direitos da Personalidade: reflexões à luz do Código Civil*, Tese para Concurso de Professor Titular de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2008

_____. *Requisitos fundamentais para a Proteção Autoral de Obras Literárias, Artísticas e Científicas. Peculiaridades da Obra de Artes Plásticas*. In MAMEDE, Gladston; FRANCA FILHO, Marcílio Toscano; RODRIGUES JUNIOR, Otávio Luiz (org.). *Direito da Arte*, São Paulo: Atlas, 2015, pp. 295-319

COELHO NETTO, J. Teixeira. *A construção no sentido da arquitetura*, 5ª ed., São Paulo: Perspectiva, 2002

COLOMBET, Claude. *Propriété littéraire et artistique et droits voisins*, 3ª ed., Paris: Dalloz, 1986

CONSELHO DOS ARQUITETOS E URBANISTAS DO BRASIL (CAU-BR). *Censo dos Arquitetos e Urbanistas do Brasil*, Brasília, 2015, p. 4. Disponível em

https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Censo_CAUBR_06_2015_WEB.pdf. Acesso em 13.nov.2019

CORDEIRO, António. *Arquitectura e Interesse Público*. Almedina: Coimbra, 2008

CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos A. C.. *Dicionário da arquitetura brasileira*. São Paulo: Edart, 1972

COSTA, Lucio. *Arquitetura*, 7ª ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 2014

COSTA NETTO, José Carlos. *Direito Autoral de obra situada permanentemente em logradouro público: o monumento do Cristo Redentor e o regime jurídico aplicável*. In *Estudos e Pareceres de Direito Autoral*, Rio de Janeiro: Forense, 2015, pp. 45-89

CROCE, Benedetto. *Estética como ciência da expressão e linguística geral: teoria e história* (tradução Omayr José de Moraes Júnior), São Paulo: É Realizações, 2016

CRISTOFORO, Carlo. *Trattato di diritto d'autore e d'inventore*. Torino: Tipografia Olivero & Co, 1931

DE-MATTIA, Fábio Maria. “*Droit de Suite*” ou direito de sequência das obras intelectuais. In *Revista da Faculdade de Direito, Universidade De São Paulo*, v. 92, 1997, pp. 109-120

_____. *O autor e o editor na obra gráfica*. São Paulo: Saraiva, 1975

_____. *Estudos de Direito de Autoral*. São Paulo: Saraiva, 1975

DENISON, Edward (editor). *Arquitetura: 50 conceitos e estilos fundamentais explicados de forma clara e rápida*. (tradução de Ricardo Ploch), São Paulo: Publifolha, 2016

DESBOIS, Henri. *Le Droit d'Auteur em France*, 2ª ed., Toulouse: Dalloz, 1966

Domenéch, Jorge Ortega. *Arquitectura y derecho de autor*. Madrid: Reus, 2005

DUTTA, Arindam. *The bureaucracy of beauty: design in the age of its global reproducibility*, Londres e Nova Iorque: Routledge, 2006

DUVAL, Hermano. *Violações dos direitos autorais*, Rio de Janeiro: Borsoi, 1968

ERVITTI, Federico García. *Compendio de Arquitectura Legal*. Barcelona: Reverté, 2004

FABRIS, Annateresa. *Modernidade e vanguarda: o caso brasileiro*. In FABRIS, Annateresa (org.) *Modernidade e Modernismo no Brasil*, 2ª ed., Porto Alegre: Zouk, 2010, pp. 9-24

FATTORI, Sara Côrrea. *A tutela do patrimônio arquitetônico no Direito Romano*. Araraquara: Laboratório Editorial da FCL – UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2004

FAZIO, Michael; MOFETT, Marian; WODEHOUSE, Lawrence. *A história da arquitetura mundial* (tradução Alexandre Salvaterra), 3ª ed., Porto Alegre: AMGH, 2011, 3ª ed., Porto Alegre: AMGH, 2011

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ARQUITETOS E URBANISTAS: SENRA, Kelson Vieira; HOELZ, Eneida (coord.). *Arquiteto faz projeto. E também faz...*, Editora FNA: Rio de Janeiro, 1997

FELITTI, Chico. *Quase 2 anos após incêndio, Memorial da América Latina não começou reforma*. Folha de S. Paulo. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/07/1662088-quase-2-anos-apos-incendio-memorial-da-america-latina-nao-comecou-reforma.shtml>. Acesso em 9.jan.2020.

FERRAZ, Marcelo Carvalho (org.). *Casa de Vidro*. São Paulo: Sesc; IPHAN, 2015

_____. (org.). *Sesc Fábrica da Pompeia*, São Paulo: Sesc; IPHAN, 2015

_____. (org.). *Teatro Oficina*, São Paulo: Sesc; IPHAN, 2015

FLÔRES, Leandro Vanderlei Nascimento. *Arquitetura e Engenharia com Direitos Autorais*, 2ª ed., rev., ampl. e atual. São Paulo: Pillares, 2013

FRAMPTON, Kenneth. *História crítica da arquitetura moderna* (tradução de Jefferson Luiz Camargo), São Paulo: Martins Fontes, 1997

FRANÇA, Rubens Limongi. *Instituições de direito civil*, 3ª ed., atual. São Paulo: Saraiva, 1994

FRANCO, Luiz Fernando P. N.. *O Estado como obra de arte?*. In NOBRE, Ana Luiza; KAMITA, João Masao; LEONÍDIO, Otavio; CONDURU, Roberto. (orgs.) *Um modo de ser moderno: Lucio Costa e a crítica contemporânea*, São Paulo: Cosac Naify, 2004, pp.190-214

FRANCO, Natália Tobon. *Arquitectura y propiedad intelectual*, Spanish Edition. Livro digital formato Kindle.

GALLO, Haroldo. *A ideia de autoria em arquitetura e a sua proteção no Brasil: contribuição ao estudo do surgimento e desenvolvimento histórico da ideia de autoria em arquitetura e sua relação com os instrumentos protetores no Brasil*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1995, 299 pp.

_____. *O contexto do direito autoral em arquitetura: uma introdução*. In GALLO, Haroldo (org). *Direito autoral em arquitetura: anais do Seminário Nacional realizado em 24 e 25/10/89 e legislação específica*. São Paulo: IAB, CREA-SP, 1991, pp. 7-12

GONZÁLEZ, José Calvo. *Derecho y Arquitectura (apuntes em construcción)*. In FRANCA FILHO, Marcílio; LEITE, Geilson Salomão; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Antimanual de direito & arte*. São Paulo, Saraiva: 2016, pp. 59-79

GREGOTTI, Vittorio. *Território da Arquitetura* (tradução Berta Waldman e Joan Villa), 3ª ed., São Paulo: Perspectiva, 2004

GROPIUS, Walter. *Bauhaus: novarquitectura*. (tradução J. Guinsburg e Ingrid Dormien), São Paulo: Perspectiva, 2015

INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL - DEPARTAMENTO DE SÃO PAULO, *Arquitetura e Cidade*. Disponível em <http://www.iabsp.org.br/index.php/arquitetura-e-cidade/>. Acesso em 20.jun.2018.

JONNES, Denna. *Tudo sobre arquitetura* (tradução André Fiker), Rio de Janeiro: Sextante, 2014

JORDAN, Robert Furneaux. *História da arquitectura no Ocidente* (tradução Maria da Conceição Ribeiro da Costa). Lisboa: Editorial Verbo, 1985

LE CORBUSIER. *Mensagem aos estudantes de arquitetura* (tradução Rejane Janowitzer; revisão técnica e notas Rosa Artigas). São Paulo: Martins, 2006

_____. *Por uma arquitetura* (tradução Ubirajara Rebouças), 7ª ed., São Paulo: Perspectiva, 2014

LEITE, Eduardo de Oliveira. *Monografia jurídica*, 10ª ed., rev., atual. e ampl., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014

LE MOS, Carlos A. C. *O que é arquitetura*, 7ª. ed., (Coleção primeiros passos; vol. 16), São Paulo: Editora Brasiliense, 1994

_____. *O edifício da Pinacoteca do Estado de São Paulo*. In PALHARES, Taísa Helena P. (org.). *Arte brasileira na Pinacoteca do Estado de São Paulo: do século XIX aos anos 1940*, São Paulo: Cosac Naify, 2009, pp. 24-31

LINS, Paulo Sérgio da Costa. *Direito Autoral*, Série Jurisprudência ADCOAS, 2ª ed., Rio de Janeiro: Esplanada – ADCOAS, 1997

LIPSZYC, Delia. *Obras de arte aplicadas a la industria. Diseños industriales y derecho de autor*. In NETTO, José. *Direito autoral atual*, Rio de Janeiro: Elsevier, 2015, pp. 321-332

LOPEZ, Teresa Ancona. *Comentários aos arts. 565 a 652 do Código Civil*. In Azevedo, Antônio Junqueira. *Comentários ao Código Civil*, v. 7, Saraiva: 2013

LORES, Raul Juste. *São Paulo nas alturas: a revolução modernista da arquitetura e do mercado imobiliário nos anos 1950 e 1960*, São Paulo: Três Estrelas, 2017

LUCAS, A.; LUCAS, H. J. *Traité de la propriété littéraire & artistique*, Paris: Litec, 1994

LUPTON, Ellen. *Dicionário visual*. In MILLER, J. Abbott; Lupton, ELLEN. *ABC da Bauhaus: a Bauhaus e a teoria do design*. São Paulo: Cosac Naify, 2008, pp. 26-37

MANSO, Eduardo Vieira. *Direito autoral – exceções impostas aos direitos autorais (derrogações e limitações)*, São Paulo: Livraria e Editora José Bushatsky, 1980

_____. *Violações aos direitos morais*. In NAZO, Georgette Nacarato (org.). *A tutela jurídica do direito de autor*, São Paulo: Saraiva, 1991, pp. 1-17

MARQUES NETO, Floriano de Azevedo. *Contratos de construção com o Poder Público*. In BAPTISTA, Luiz Olavo. (org.) *Construção civil e direito*, São Paulo: Lex Editora, 2011, pp. 43-67

MARTINÉZ, Ascensión Hernández. *La clonación arquitectónica*. Madrid: Siruela, 2007

MILLER, J. Abbott. *Escola elementar*. In MILLER, J. Abbott; LUPTON, Ellen. *ABC da Bauhaus: a Bauhaus e a teoria do design*. São Paulo: Cosac Naify, 2008, pp. 8-25

MORAES, Rodrigo. *Os Direitos Morais do Autor: repersonalizando o direito autoral*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008

_____. *Direito de sequência e o porquê de sua inconsequência*. Disponível em http://www.rodrigomoraes.com.br/arquivos/downloads/Direito_de_sequencia_e_o_porque_e_de_sua_inconsequencia___Rodrigo_Moraes_.pdf. Acesso em 2.jan.2020.

MORAES, Walter. *Questões de direito de autor*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1977

_____. *Direito Autoral (palestra proferida no dia 24/10/89)*. In GALLO, Haroldo. *Direito autoral em arquitetura: anais do Seminário Nacional realizado em 24 e 25/10/89 e legislação específica*. São Paulo: IAB, CREA-SP, 1991, pp. 16-26

MORATO, Antonio Carlos. *Consulta de parecer para análise de eventual concorrência desleal em litígio que discute a titularidade originária de obra de engenharia*, TJSP, processo n. 103585-86.2014.8.26.0576, em trâmite perante a 5ª Vara Cível da Comarca de São José do Rio Preto-SP, fls. 446-469

NAZO, Georgette Nacarato. *Tutela internacional*. In NAZO, Georgette Nacarato (org.). *A tutela jurídica do direito de autor*, São Paulo: Saraiva, 1991, pp. 67-79

NIEMEYER, Oscar. *A forma na arquitetura*, 5ª ed., Rio de Janeiro: Revan, 2013

_____. *Minha arquitetura*, 4ª ed., Rio de Janeiro: Revan, 2012

_____. *Minha experiência em Brasília*, 4ª ed., Rio de Janeiro: Revan, 2006

NOBRE, Ana Luiza (org). *Lucio Costa*, Coleção Encontros, Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2010

OTONDO, Catherine. *Casa Butantã: Paulo Mendes da Rocha*, São Paulo: Ubu, 2016

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL. *Guia da Convenção de Berna relativa à Protecção das Obras Literárias e Artísticas (Acta de Paris, 1971)*, traduzido por António Maria Pereira. Genebra: 1980. Disponível em https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/copyright/615/wipo_pub_615.pdf. Acesso em 12.dez.2019

PARILLI, Ricardo Antequera. *Consideraciones sobre el derecho de autor (con especial referencia a la legislacion venezolana)*. Buenos Aires: S.N., 1977

PELLEGRINI, Luiz Fernando Gama. *Direito Autoral do Artista Plástico*, 3ª ed., São Paulo: Letras Jurídicas, 2014

PELUSO, Cezar (coord.). *Código Civil comentado: doutrina e jurisprudência*, 11ª ed., rev. e atual., Barueri: Manole, 2017

PINTO, André Almeida Matos de Oliveira. *O direito de sequência e sua modificação proposta pelo PLS n. 452/2008*. In Revista da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI), n. 122, jan/fev, 2013, pp. 39-51

PONTES, Leandro Machado. *Direito do autor: a teoria da dicotomia entre a ideia e a expressão*, Belo Horizonte: Arraes, 2012

PONTES NETO, Hildebrando. *O direito autoral e o arquiteto*. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, vol. 77, 1982, pp. 165-176

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. *Monografia jurídica: passo a passo*. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2015

RANGEL, Luciana Freire. *O direito de autor na obra de arquitetura*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 1998, 117 pp.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2014

RETONDO, Hilda. *La protección de las artes visuales y de las obras publicitarias: las obras arquitectónicas*. In PARILLI, Ricardo Antequera; ROBELLA, Amalia L. (coord). *III Congreso Iberoamericano sobre Derecho de Autor y Derechos Conexos*, tomo II, Montevideo: Barreiro y Ramos, 1997, pp. 683-689

ROCHA, Paulo Mendes da. *Maquetes de papel: Paulo Mendes da Rocha*, São Paulo: Cosac Naify, 2007

SCHMIDT, Fernando Figueiredo Linhares Piva de Albuquerque. *Infraestrutura pública e direito de autor: soluções para o problema da alteração de projetos de arquitetura e engenharia*. Dissertação de mestrado apresentada à Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, 2019, 152 pp. Disponível em <https://hdl.handle.net/10438/28296>. Acesso em 9.jan.2020.

SCRUTON, Roger. *Beleza* (tradução de Hugo Langone). São Paulo: É Realizações, 2013

_____. *Estética da Architectura* (tradução de Maria Amélia Belo), Lisboa: Edições 70, 2010

SENADO FEDERAL DO BRASIL. *Lucio Costa foi pioneiro da arquitetura modernista no país*, 2010. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/especiais/brasil50anos/not14.asp>. Acesso em 9.jan.2020.

SENRA, Kelson Vieira; HOELZ, Eneida (coord.). *Arquiteto faz projeto. E também faz...*, Editora Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas: Rio de Janeiro, 1997

SILVA, Virgílio Afonso da. *Direitos Fundamentais: conteúdo essencial, restrições e eficácia*, 2ª ed., 2ª tir., São Paulo: Malheiros, 2011

SILVEIRA, Lilian de Melo. *Desenho e projeto arquitetônico: proteção autoral*. In ABRÃO, Eliane Y. (org.) *Propriedade imaterial: direitos autorais, propriedade industrial e bens de personalidade*. São Paulo: Senac, 2006, pp. 149-168

SILVEIRA, Newton. *O direito autoral no projeto de arquitetura perante a doutrina e a jurisprudência*. Revista de Direito Empresarial, São Paulo, vol. 2, 2014, pp. 247-254

_____. *Direito de autor no design*, 2ª ed., Saraiva: 2012

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. *Modernismo no Brasil: campo de disputas*. In BARCINSKI, Fabiana Werneck (org.). *Sobre a arte brasileira: da pré-história aos anos 1960*, São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014, pp. 232-263

SINDICATO DA ARQUITETURA E DA ENGENHARIA (SINAENCO). *Perfil do setor de Arquitetura e Engenharia Consultiva*, São Paulo, 2017, p. 4. Disponível em <http://sinaenco.com.br/wp-content/uploads/2018/01/Perfil-AEC-2017.pdf>. Acesso em 13.nov.2019.

VEIGA, Edison. *A cúpula que mudou a humanidade*. O Estado de S. Paulo. São Paulo, 23.set.2018. Aliás, p. E4

_____. *Santo para toda obra*. VEJA SP: São Paulo, 9.mai.2007, pp. 65-66.

WISNIK, Guilherme (org.). *Paulo Mendes da Rocha*, Coleção Encontros, Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012

WITTKOWER, Rudolf. *Escultura* (tradução de Jefferson Luiz Camargo), 2ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2001

Zevi, Bruno. *Saber ver a arquitetura* (tradução Maria Isabel Gaspar e Gaetan Martins de Oliveira), 5ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 1996